

FAMÍLIA: A PERSPECTIVA DE MUDANÇAS NA VIDA DE SEUS FILHOS COM DEFICIÊNCIA

Dilma Costa Nogueira Dias ¹

Igor Belo dos Santos ²

Ely do Socorro Oliveira de Medeiros ³

Gilvana Costa de Araújo ⁴

José Anchieta de Oliveira Bentes ⁵

INTRODUÇÃO

A educação especial é uma das temáticas que vem sendo discutida no contexto brasileiro, em um cenário com avanços, retrocessos. Neste cenário, a realidade em diversas escolas mostram uma dicotomia, pois há escolas que recebem matrícula de crianças com deficiência e existem outros espaços educativos que se recusam a matricular as crianças a partir de justificativas sem fundamentos. Mas, em ambos, nas entrelinhas, revelam a carência em lidar com esses sujeitos.

Questões emergem nessa discussão: por que os pais reclamam das escolas? Quais são os entraves provocados pelas escolas? Será que os profissionais da escola estão preparados para lidar com as crianças com deficiências? O que é ensinado para as crianças com deficiência na sala regular de ensino? Qual o receio dos pais em matricular seus filhos nas escolas?

Estes são alguns questionamentos que perpassam no pensamento dos pais e que verbalizam quando sentem que a escola e os seus profissionais não entendem seus filhos e nem as indagações deles. O estudo tem a finalidade de mostrar como a família pode contribuir para mudanças na vida escolar de seus filhos com deficiência.

Partindo dessas questões, buscamos dialogar com alguns autores, como Freire (2003; 1999), Bakhtin (2003), Skliar (2019) e Glat (2007), que tecem discussão a respeito da valorização do sujeito como um ser social que dialoga, interage e transforma seu espaço levando em consideração a diferença, a construção de identidades e da relação dos pais com a pessoa com deficiência.

A pesquisa foi desenvolvida em uma sala de AEE com catorze (14) alunos com deficiência, em um Centro Educacional Especializado, na região metropolitana de Belém, na faixa etária de quatro (4) e cinco (5) anos de idade.

As práticas pedagógicas precisam ressaltar as identidades e as diferenças, despertando a aprendizagem por intermédio do interesse das crianças, pois desta forma irá favorecer o contato da criança com sentimentos, emoções que lhe permitem compreender o mundo de forma

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade do Estado do Pará, dilmacndias@gmail.com;

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade do Estado do Pará, ped_igorbelo@hotmail.com;

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade do Estado do Pará, elysom1966@gmail.com;

⁴ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade do Estado do Pará, gilvanapedagogia@gmail.com;

⁵ Doutorado em Educação Especial (UFSCAR/2010), mestrado em Letras Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED) - Mestrado na linha de pesquisa Saberes Culturais e Educação na Amazônia. anchieta2005@yahoo.com.br

prazerosa, se sentindo parte desse mundo. Dito isso, apresentamos a seguir as orientações metodológicas, na seção seguinte as discussões teóricas que orientaram o trabalho, para alcançar, nas duas últimas seções, os resultados, as discussões obtidas no campo de investigação e as considerações finais.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O trabalho tem como objeto de estudo a discussão de como a família pode contribuir para ocasionar mudanças na vida escolar de seus filhos com deficiência. A abordagem do estudo foi qualitativa que segundo Ludke (1986), está centrada no significado que os sujeitos darão às coisas e à sua vida, além de nos proporcionar uma análise considerável dos dados, uma vez que nos permite analisar, debater e ter maior clareza dos acontecimentos em nosso meio social e comparar os dados observados por meio da pesquisa de campo.

O enfoque da pesquisa é dialético e dialógica, pois possibilita a discussão da teoria com prática, em que as crianças dialogam, gesticulam e apontam suas temáticas de interesse para o mediador. Para Frigotto:

no processo dialético de conhecimento da realidade, o que importa fundamentalmente não é a crítica pela crítica, o conhecimento pelo conhecimento, mas a crítica e o conhecimento crítico para uma prática que se altere e transforme a realidade anterior no plano de conhecimento e no plano histórico social (1989, p.81).

O método aplicado baseou-se na pesquisa-ação, desenvolvida por meio de relatos de experiências das famílias que expuseram as dificuldades das crianças com deficiência em aprender na escola regular e a partir destes relatos, o olhar participante da criança em sua aprendizagem tornou-se mais evidente nos atendimentos. As técnicas de pesquisa foram a observação participante, que possibilitou a investigação dos saberes das crianças com deficiência, que permitirem a relação entre o mediador da sala de atendimento educacional especializado para contribuir com intervenções significativas na sala regular de ensino; registro fotográfico e anotações no diário de campo.

O lócus da pesquisa ocorreu em um Centro Educacional Especializado, na região metropolitana de Belém, com catorze (14) crianças dentre elas: seis (6) síndrome de down, dois (2) déficit de atenção, um (1) síndrome de down com autismo, cinco (5) autistas que frequentam a Educação Infantil, no ano de 2019. As informações coletadas serão descritas e interpretadas, tendo com parâmetros os aportes teóricos que serão acrescentados a este estudo.

DESENVOLVIMENTO

Atualmente um dos objetivos fundamentais da Educação Especial é a inserção das crianças com deficiência nas escolas regulares de ensino. Contudo, a Educação Especial no Brasil, nos últimos anos, está embasada na “soberania discursiva” de políticas públicas inclusivas que culminam por ocultar a intencionalidade de manutenção dos alicerces geradores de desigualdade entre os indivíduos, como cita Bentes:

as tendências normalizadoras da diversidade são ideologias neoliberais que propagam um falso igualitarismo, concebendo uma suposta cidade e uma escola inclusiva em uma realidade social que não se modifica, apesar da eficiente propaganda de mudança e da afirmação de que todos são aceitos e valorizados, de que a sociedade é democrática (2015, p. 3).

De acordo com LDB 9394/96 (BRASIL, 1996, p. 19), no art. 58 entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais “§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial”.

O Decreto do AEE (BRASIL, 2011) e os manuais que orientam a prática do profissional que atua no AEE estabelecem que este é um serviço complementar e suplementar. Este decreto propõe um serviço que versa sobre a oferta de um serviço que avalia os alunos, faz atendimento, elabora materiais e recursos pedagógicos, no contraturno da sala de aula regular, com atividades de reabilitação, de estímulo do desenvolvimento cognitivo, de aquisição de pistas auditivas, olfativas e táteis, de aprendizagem de formas, de locomoção e orientação com segurança e de aquisição de habilidades de coordenação motora e comunicação.

As leis explicitam e amparam que as crianças com deficiência têm direito ao apoio especializado na escola regular para atender as suas particularidades. Segundo Glat (2007, p. 113) A família é um instrumento para buscar os direitos das crianças e se constitui no “grupo social primário – é o fator determinante para detonação e manutenção – ou, ao contrário ao impedimento – do processo de integração”. A autora continua afirmando que:

Quanto mais integrada à criança com deficiência for com sua família, mais esta família vai tender a tratá-la de maneira natural ou “normal” deixando que, na medida de suas possibilidades, participe e usufrua dos recursos e serviços gerais da sua comunidade; conseqüentemente, mais integrada na vida social esta pessoa será. (GLAT, 2007, p.111).

Nesta perspectiva, a família tem um papel primordial para buscar e lutar pelos direitos de seus filhos. A escola é um grupo secundário onde as crianças devem se socializar mutuamente independente das suas limitações, como cita Freire:

[...] o educador já não é mais o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os “argumentos de autoridade” já não valem. E que, para ser-ser, funcionalmente autoridade, se necessita de estar sendo com as liberdades e não contra elas (2003, p.68).

Assim, ensinar, não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção ou construção. Contudo, “quem ensina, aprende ao ensinar e quem aprende, ensina ao aprender” (FREIRE, 1999, p. 25). Assim, todo o indivíduo independente de ter ou não deficiência precisa ser respeitados em todas as esferas da sociedade, e inclusive na escola. Espaço este, que a valorização do diálogo é imprescindível para que as relações interpessoais possam ser discutidas.

As escolas são ou poderiam resignificar o olhar sobre a realidade dessas crianças, sobre a ideia de mundo que possuem, e reverter o fato do mundo midiático que influencia negativamente, a infância e os demais sujeitos com um devir irremediável de consumo, êxito e autoajuda. Este discurso ideológico evidencia a postura dissimuladora, que impõe às escolas que sejam um lugar para excelência, escondendo as realidades. Para Skliar:

o exemplo emblemático são os corpos insistimos nas escolas com ideias que tentam fugir à pretensão de um corpo normal, de uma aprendizagem normal de um comportamento normal, mas esse mundo instala ao mesmo tempo a violência, a violação, a anorexia como modos de relação; enfim, uma noção de beleza e de normalidade que põe a perder toda a potência das diferenças do humano (2019, p.34).

Os humanos são seres sociais e as identidades são construções socialmente compreendidas dentro da significação dos sistemas simbólicos e sociais, bem como por meio da linguagem e do sistema relacional. Bakhtin (2003) diz que as pessoas vão se constituindo como sujeitos nas sucessivas interações. Logo, as relações sociais são fundantes não só nos primeiros anos de vida como também ao longo de sua vida, e por meio destas relações que ações são partilhadas. E a escola precisa contribuir para que as mediações mútuas possam respeitar todo e qualquer indivíduo. A família, por sua vez, é primordial neste processo para que os direitos de seus filhos possam ser levados em consideração.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A cada três meses no Centro de Atendimento Educacional Especializado é realizado uma conversa com as famílias, momento em que educador dialoga com as famílias sobre o que tem angustiado em sua vida e o que pode contribuir para o avanço no desenvolvimento de seus filhos. Nos depoimentos das famílias ficou evidente que a escola tem sido a maior preocupação dos pais, com os alunos da faixa etária entre quatro (4) a (5) anos.

Dos catorzes (14) participantes da pesquisa, duas (2) mães não reclamaram da escola; dos seis (6) participantes com síndrome de Down, dois (2) mudaram de escola, pois a família relatou dificuldades no diálogo com os profissionais, que não demonstravam entendimento para compreender as crianças. Um dos relatos mais chocantes da mãe foi dizer que a criança adorava ir para à escola, mas com a mudança de série se deparou com vários deveres de letras para cobrir, o que ocasionava tristeza e raiva à criança. Outro depoimento da mãe foi dizer que a criança queria ir ao banheiro e a professora não o compreendeu, o que provocou choro intenso. Este episódio foi resolvido com a chegada dos pais. Dois (2) participantes com síndrome de Down ainda estão fora da escola por receio e medo dos pais. E os outros dois (2) possuem uma boa relação com a escola regular.

Os dois (2) alunos com déficit de atenção possuem momentos de altos e baixos na escola inclusive a professora do AEE fez visita à escola e dialogou com os professores da sala regular com o intuito de contribuir para a aprendizagem da criança. Um (1) participante com síndrome de down e autismo ainda não está matriculado na escola, pois quando a família quis matricular a resposta era que não tinha vaga. Dos cinco (5) autistas, um (1) ainda não foi matriculado e os quatro (4) alunos mudaram de escola.

Nos relatos dos pais evidenciou-se que a busca por uma escola inclusiva é um trabalho árduo, alguns professores se mostraram empenhados em desenvolver estratégias para favorecer o desenvolvimento das crianças com deficiência intelectual e múltiplas deficiências, enquanto outras acreditam que primar em conhecer as particularidades dos alunos com deficiência são perda de tempo.

Estes profissionais da educação que não se empenham em possibilitar ambientes educativos propícios para as crianças com deficiência ocasionam sentimentos de medo, tristezas nas crianças e em suas respectivas famílias fazendo com que as crianças não queiram mais ir à escola. Desta maneira, é explícito, que os pais ainda estão com medo de matricular seus filhos na escola, diante de uma sociedade excludente, a falta de compreensão ocasiona angústia e frustrações, mas no bate-papo expusemos a importância da família em buscar os direitos dos seus filhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo propiciou ouvir, acompanhar e intervir com as famílias no processo de construção de um espaço educativo de união moldável e salutar, para que a criança com

deficiência possa ter segurança para enfrentar a sociedade. E que os questionamentos relacionados à inserção das crianças com deficiência na escola ainda vêm arraigado de discriminação e intolerância.

A inclusão em algumas escolas ainda está longe de ouvir famílias. Todavia, a união da família com seus respectivos filhos com deficiência consolida a busca e a luta para que seus direitos possam ser reconhecidos diante de uma sociedade excludente e discriminatória.

As políticas inclusivas, os decretos existem, mas ainda sim precisa debater e discutir muito sobre “inclusão” para que de fato as crianças com deficiência possam ser ouvidas, compreendidas e os pais diminuam ou acabem o medo de matricular seus filhos com deficiência na escola, que deveria ser um ambiente de construção, interação, socialização, troca de conhecimentos e diálogos. Portanto, a pesquisa busca contribuir para que as famílias possam ser participantes do processo ensino-aprendizagem de suas crianças, fazendo com os estigmas que vem desde o processo histórico arraigado de tantos descasos, silenciamentos, discriminação e intolerância que possam ser rompidos e que os olhares de respeito pelo diferente possam estar presentes na sociedade.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BENTES, J. A. O.; FRANCA, M. P. S. G. S. A. Atendimento especializado de crianças cegas e surdas em Belém do Pará: as escolas José Alvares de Azevedo e Austério de Campos. **Revista Cocar** (UEPA), v. 1, p. 175-208, 2015. Disponível em <file:///C:/Users/anchieta/Downloads/624-1364-1-PB.pdf >. Acesso em 09 set de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9394/96 – LDBN - Educação Especial**. Brasília. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-especial-sp-598129159/legislacao>> Acesso em: 02 set. 2019.

_____. **Decreto 7.611 de 17 de novembro de 2011**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm>. Acesso em: 06 set. 2019.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da Pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989, p. 69-90.

GLAT, Rosana. **Somos iguais a vocês: depoimento de mulheres com deficiência mental**. 7. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 26 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

_____. **Educação como prática de liberdade**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

SKLIAR, Carlos. **A escuta das diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 2019.